

A migalha nossa de cada dia: um estudo sobre a consciência política de beneficiários dos programas de transferência de renda em uma região de Campinas.

Antonio Euzébios Filho

Doutorando pelo programa de pós-graduação em psicologia, PUC-Campinas. Bolsista CAPES. Email: toninhoezebios@hotmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo

Professora titular da faculdade de psicologia, PUC-Campinas. Email: rguzzo@mpc.com.br

Introdução

Como uma ação cotidiana ganha uma orientação política, capaz de gerar um movimento reivindicatório? O primeiro passo que encontramos para uma reflexão acerca da consciência política, como ela se forja e se conecta a um sentimento de classe, foi analisar como as pessoas compreendem a desigualdade social, quais suas causas e conseqüências.

Em outros trabalhos, buscamos compreender como o tema da desigualdade social é refletido por moradores de um condomínio privado e de um bairro popular, que convivem lado a lado, em uma região de Campinas (SP) (EUZÉBIOS FILHO E GUZZO, 2007a). Posteriormente, analisamos o que pensavam beneficiários de programas de transferência de renda e profissionais que operacionalizam estes programas (psicóloga e assistente social), sobre a desigualdade social, suas condições de vida e de classe (EUZÉBIOS FILHO, 2007b). Por fim, nos debruçamos sobre um estudo de caso, que analisou a visão de um jovem da periferia sobre sua realidade, seus sonhos e dificuldades para uma desejada ascensão social (EUZÉBIOS FILHO E GUZZO, 2009).

O presente trabalho foi forjado como um estudo piloto para a tese de doutorado de um dos autores e busca dar continuidade aos estudos que vínhamos realizando, desta vez, focalizando uma análise sobre o que pensam os beneficiários dos programas de transferência de renda, acerca das suas condições de vida e de trabalho. Pelo convívio com estas pessoas, por meio da inserção profissional de psicólogos, em uma escola municipal de Campinas, pelo projeto de extensão denominado “Risco à Proteção: uma intervenção preventiva na comunidade”, buscamos analisar como uma beneficiária do “Renda cidadã” e uma beneficiária do “Bolsa família” avaliam o presente momento e o que esperam para o futuro.

A partir de entrevistas realizadas, os participantes puderam nos dar pistas sobre como refletem a política, como se posicionam em relação ao mundo do trabalho, diante da desigualdade social, etc. Esta é uma preocupação para a psicologia à medida que tais reflexões revelam modos de enxergar e se posicionar no mundo. Trata-se de subjetividades concretas envolvidas em processos psicossociais que se instalam em uma realidade material. A mediação que o indivíduo estabelece com a política, perpassa a visão que ele faz de si mesmo, situado em um contexto histórico e genérico; por isto, as lentes da política traduzem certas relações e interferem na maneira como as pessoas organizam seus pensamentos, expressam suas motivações e processam suas individualidades.

As conclusões desta pesquisa são relativas, pois não buscaram responder a perguntas pré-estabelecidas e resolver, de maneira simplificada, um dilema complexo vivido por uma consciência política que, como pontuou IASI (2006), move-se entre a negação e o consentimento.

Antes da análise das informações e dos resultados, buscamos refletir sobre a desigualdade social no Brasil, ressaltando mais do que dados estatísticos, o contexto psicossocial que caracteriza este fenômeno em suas mais variadas formas e expressão.

Desigualdade social no Brasil

O Brasil é um dos países que apresenta um dos maiores indicadores de desigualdade social do mundo, em que algumas famílias ricas controlam mais de 40% da renda do país (CAMPO, POCHMANN, AMORIN E SILVA, 2003). Este é o legado que as classes dominantes construíram ao longo de uma história marcada pelo coronelismo, assistencialismo e paternalismo.

Quando o país buscou dar um passo para superar as mazelas sociais que trazia consigo em sua história, com a proclamação da chamada constituição cidadão de 1988, assistimos anos depois, com o governo Collor (BOITO JÚNIOR, 1999), a sua ruína com a implementação do neoliberalismo no país. Este processo, todavia, realizou-se de maneira contraditória, uma vez que os movimentos sociais encontravam forças para se oporem a esta nova etapa do capitalismo. O Partido dos trabalhadores (PT) e a central única dos trabalhadores (CUT) eram a ponta de lança neste processo contestatório, mas não tardaram a se enquadrar - não sem avanços e retrocessos - à chamada nova ordem mundial. Isto ficou evidenciado pelo sindicalismo de negócios e mais adiante, de maneira evidente, com a eleição de Lula para presidente (BOITO JÚNIOR, 1999; 2003 IASI, 2006; WELMOWICK, 2004).

Na onda da esperança, o Brasil elegeu Lula com a expectativa de mudar o quadro de desigualdade social no país. Mas o que ocorreu foi um aprofundamento da precarização do setor público, ao ser aprovada a lei que regulamenta a parceria público-privado, entenda-se: parceria em que o Estado arca com as despesas e o setor privado é o gestor que fica com os lucros (BOITO JÚNIOR, 2003; MONTAÑO, 2002). Ao mesmo tempo, a corrupção estatal cresce vertiginosamente e reflete os vícios de um Estado brasileiro que é patronal e assistencialista. Os programas de transferência de renda se firmam neste cenário político da precarização dos bens públicos e da crescente corrupção e se expandem ano a ano, governo a governo.

Política de transferência de renda e o contexto psicossocial de dominação

Procurando demonstrar, brevemente, quais as raízes psicossociais que possibilitaram a expansão das políticas assistenciais no país, que conformam uma noção rasa de cidadania, não podemos deixar de reconhecer que, com a falência do PT e da CUT, instaurou-se um novo período no contexto da luta de classes nos Brasil - a ausência de um horizonte político de contestação capaz de penetrar a consciência das massas e o descrédito naquela que seria, para muitos, a última alternativa política que representasse uma mudança efetiva na realidade de milhões de brasileiros, fez emergir um sentimento de apartidarismo, abriu espaço para o messianismo, quer seja, para a crença na boa vontade de indivíduos isolados, do empresário “bem feito”, e contribui decisivamente para naturalizar a omissão crescente do Estado, no trato com as questões sociais (BOITO JÚNIOR, 1999; MONTAÑO, 2002).

Sendo assim, os programas de transferência de renda, antes programas temporários, tornaram-se políticas permanentes da assistência social, sua vigência agora é indeterminada (SILVA E SILVA E YAZBECK, 2008). Torná-la uma política estatal

perene contribui para alterar o quadro de prioridades políticas, para confundir a maioria da população do país, para deixá-la estática, inoperante frente à desigualdade social - como política, a transferência de renda faz às vezes da expansão de direitos, da assistência de saúde, da Educação, cultura, lazer, empregabilidade, etc. (GUILHON E ALMADA LIMA, 2008; SILVA E SILVA E YAZBECK, 2008).

Por isso é que os programas de transferência de renda contribuem para fomentar a resignação diante do desmantelamento do Estado. Eles fazem ou almejam com que a população se contente com as migalhas do setor público, enquanto os indicadores de concentração de renda no país ofuscam os números parcos da chamada redução da pobreza (CAMPOS E COLS, 2003; SILVA E SILVA E YAZBECK, 2008).

Enquanto isso, passados mais de quinze anos de sua implantação (FONSECA, 2007), a política de transferência de renda em nada fez alterar o quadro de desigualdade social e concentração de renda, basta ver que nas últimas décadas, a desigualdade de renda ganhou proporções ainda maiores no país (CAMPOS E COLS, 2003).

Metodologia

Para IASI (2006; 2007), a consciência política opera entre a negação e o consentimento da ordem e se trata, como afirma DUARTE (1993), de um fenômeno de caráter relativo e tendencial, que não representa estados puros. Neste sentido, não pretendemos fixar graus rígidos de uma consciência de classe, mas captar o movimento contraditório operado por ela, a partir de premissas concretas, da vida dos indivíduos reais, pela ruptura ou não com algo tão palpável quanto os muros da propriedade privada.

Contexto de pesquisa

Apesar de Campinas figurar, nacionalmente, como uma cidade de imenso potencial econômico, a desigualdade social tem se caracterizado como a marca deste município. Nem mesmo a região mais nobre da cidade está alheia a uma realidade em que a riqueza e a pobreza, convivem nas ruas diariamente (PMC, 2004). Esta região nobre, mas desigual, é o cenário da nossa pesquisa.

Participantes

Duas mulheres são participantes desta pesquisa, pois elas recebem os benefícios governamentais, o que revela o papel central que exercem na gestão dos recursos familiares. Além disso, como aponta uma tendência observada por SAWAIA (1987), as mulheres cumprem um papel protagonista nas lutas populares.

Amanda (nome fictício) tem 39 anos, é amasiada, negra, vive com seus três filhos e com o companheiro. Mora em Campinas em uma antiga ocupação, onde conquistou sua casa própria. Não concluiu o ensino fundamental, faz bicos como faxineira e tem uma renda familiar de até três salários mínimos. Já recebeu o “Renda cidadã” e há dois anos recebe o “Bolsa Família”.

Jose (nome fictício) tem 30 anos, é amasiada, negra, vive com seus cinco filhos, com o companheiro, com seu pai e sua mãe. Mora em Campinas em um bairro que era uma ocupação e paga aluguel. Não concluiu o ensino médio, trabalha em casa e a renda

familiar é de até três salários mínimos. Já recebeu “Renda Cidadã” e recebe há quase dois anos, o “Bolsa Família”.

Material

O roteiro de entrevista foi inspirado em pesquisas realizadas por MARTÍN-BARÓ (1980), SAWAIA (1987), TROTSKI (1923/2006), WELMOWICK (2004), FREDERICO (1979a; 1979b) e IASI (2006; 2007). Este roteiro pretendeu levantar quatro tipos de informações (a) dados sócio-demográficos; (b) dados sócio-econômicos; (c) dados sobre o modo de vida; (d) sobre o que pensam a respeito da vida que levam, da necessidade de se organizar politicamente, etc.

Procuramos, em entrevistas individuais, com duração média de 40 minutos, envolver as participantes em um diálogo acerca das suas experiências de vida e a partir daí, discorrer sobre temas que abarcaram dimensões deste estudo.

As entrevistas foram gravadas respeitando os procedimentos éticos. Foi utilizado um termo de consentimento livre e esclarecido.

Análise das informações

Utilizamos o método de comparação sucessiva compreendendo que comparar não é apenas verificar as semelhanças entre as informações trazidas pelas participantes, mas também suas diferenças (MAHONEY, ALMEIDA E ALMEIDA, 2005). Com isso, não queremos cair em uma dualidade entre identidade x exclusão, uma vez que buscamos captar, como sugere MARTÍNS (2008), a identidade na contradição e a contradição na identidade.

A análise das entrevistas nos forneceu subsídios para identificarmos eixos temáticos comuns, diferenças e semelhanças entre as falas das duas participantes, o que representou o primeiro passo desta análise. Acreditamos, assim como NOVACK (1975), que a caracterização de um núcleo de sentido comum é fundamental na composição de uma análise científica, mas isto não significa que deixamos de reconhecer as diversidades de pensamentos contraditórios.

Síntese das entrevistas

Amanda começou a trabalhar logo aos oito anos de idade como babá. Morou com os pais até os quinze anos de idade, quando se casou e teve um filho. Desde cedo, junto com sua família, viu sua casa se erguer, os cômodos se ajeitarem e o bairro ser legalizado diante da prefeitura.

Disse que conquistou sua casa, porque sua mãe - presidenta da associação de moradores - sempre batalhou pela melhoria do bairro. Por isso, fala da sua mãe com orgulho e tem ela como uma referência, inclusive, política: “o projeto de vida dela... sempre lutando, batalhando... Ah, minha mãe... a favela é a filha dela. Ela faz bazar, festa do dia das mães, dá roupa, cesta básica, vai trás da assistente social pra falar das famílias que tão precisando...”

Para ela, a associação de moradores deve desenvolver ações assistenciais, mas também é um instrumento de luta para conquistar direitos perante os “homens de

gravata”. Estes engravatados “são gente da prefeitura... eles tenta resolver, né?! Sem eles não vai!”.

Jose, por sua vez, conta que o bairro em que vive até hoje, vinte anos atrás, era só mato e as casas eram feitas de madeira. Trata-se de uma antiga ocupação que obrigou a prefeitura a negociar uma regularização e assim, tornou-se uma vila popular enraizada em uma área nobre da cidade, ainda que os moradores não tenham a posse definitiva dos terrenos. A morosidade da prefeitura no trato com a questão contribuiu, significativamente, para criar um mercado paralelo de venda e aluguel de casas. A própria participante mora em uma casa “emprestada” do amigo.

Jose tornou-se evangélica por influência da mãe, ex-usuária de drogas. O exemplo da mãe, segundo ela, serviu para mostrar o poder que a igreja tem para transformar a vida das pessoas daquela comunidade, por isso, acredita que pode ser desenvolvido um trabalho importante para livrar a juventude do tráfico e diz que a religião evangélica preenche um vazio espiritual que existe na vida dos adolescentes.

Jose tem vontade de mudar do bairro, por causa da violência. “Meu sonho, assim, com a minha casa própria, abri um salão de beleza ou cozinha”. Para que realize seu sonho, diz: “tenho que trabalha muito, se eu trabalhar eu consigo, eu posso!”

Apontando perspectivas para análise

A partir da análise das duas entrevistas, pudemos extrair três eixos temáticos comuns, que caracterizam unidades de sentido, a saber: (1) Ação política e experiências de vida; (2) Ascensão social; (3) Mudança social.

(1) Ação política e experiências de vida

Pela apropriação consciente de experiências de vida, Amanda e Jose vêm com bons olhos a ação política pela moradia. Elas resgatam a ocupação de terra como parte da sua memória histórica e seus vínculos afetivos, certamente, contribuíram para criar laços de identidade com o movimento do qual participaram seus vizinhos e familiares. Atualmente, Amanda sente-se acolhida no lugar onde vive, mas para Jose seu bairro vive uma “cegueira forçada”, retrato da violência e da ação do poder paralelo. Para ela, a associação dos moradores parece não ter mais sentido uma vez que a igreja está instalada no bairro.

Assim como Jose, Amanda vê a luta pela moradia como uma questão pontual. Resolvido o problema da moradia, a associação de moradores deveria se limitar, então, ao assistencialismo, como: viabilizar cestas básicas para os “mais carentes”. O problema que vive a associação dos moradores do seu bairro, relata Jose, é que ela tem fomentado o poder paralelo.

Para as duas participantes, a associação deve reivindicar direitos básicos, como moradia e alimentação. Esta reivindicação seria feita junto à prefeitura, que parece ser algo distante do “povo” e pouco acessível a ele. Contudo, as participantes delegam à prefeitura, a tarefa de solucionar os problemas e gerar melhorias, o que revela traços do paternalismo vigente em nossa sociedade, tal como observa MONTAÑO (2002).

O Estado aparece refletido na consciência da população como um ente da sociedade, o que também revela seu caráter elitista, longe de ser uma instituição que,

por natureza, capta e acolhe as reivindicações populares. Esta visão de contraste entre o “povo” e o “homem da gravata”, demonstra a atualidade das análises de LÊNIN (1917/S/D), em seu texto clássico *Estado e Revolução*, quando o autor derruba a teoria da neutralidade do Estado e afirma que as lutas sociais seriam a única forma de garantir os direitos das classes populares.

(2) O “sonho” da ascensão social

Para as participantes, a luta pela moradia resultou em melhorias concretas nas suas condições de vida. Atualmente, elas almejam um futuro melhor para seus filhos e um emprego registrado. Notamos que suas expectativas para o futuro se pautam por melhorias imediatas nas suas condições concretas de vida e estão condizentes com a falta de um horizonte político, que aponte para uma saída coletiva na resolução dos problemas comuns às suas comunidade e classe.

Como vimos apontando em outros trabalhos (EUZÉBIOS FILHO E GUZZO, 2007a; EUZÉBIOS FILHO 2007b; EUZÉBIOS FILHO E GUZZO, 2009), o rebaixamento das expectativas para o futuro, conformado por um imediatismo no “sonho” por melhorias básicas nas condições materiais de vida, sem almejar uma emancipação das condições de opressão e exploração, perpassam por uma visão que as pessoas fazem de si mesmos - ser pobre é uma confirmação daquilo que está posto, parte de uma realidade imutável. Assim, quando Amanda é questionada se ela se considera explorada, responde enfaticamente que não, e emenda: “Que adianta considerar, as coisas não vão mudar em nada mesmo”.

Jose também se pauta pela urgência de melhorias reais - e imediatas - em sua condição de vida. Sonha conquistar uma casa própria, quer seus filhos longe do tráfico e da violência, por isso, deseja morar em outro lugar.

(3) Mudança social

Ambas as participantes almejam um “mundo melhor”. Para Amanda, este mundo se tornaria realidade se todos realmente tivessem seus direitos garantidos. Embora não soubesse definir o que significa cidadania - “Já ouvi falar, mas não sei o que é não...” - um “mundo melhor” seria alcançado se todos tivessem um emprego, uma casa para morar e a população não passasse fome. Mas como conquistar melhores condições de vida, se ela olha para os lados e vê pessoas em situações piores do que a dela? Quem vai olhar para eles? Amanda faz estas perguntas a si mesma, o que reflete uma perplexidade oriunda da falta de um horizonte político, que indique alguma possibilidade efetiva de mudança social, no seio da sua coletividade. Por isso, tendo suas expectativas rebaixadas, o benefício do “Bolsa família” é visto como uma ajuda: “melhor do que não ganhar nada né?! O pouco que eu ganho já me ajuda...”

Para Jose, se as famílias educassem seus filhos de acordo com a doutrina evangélica, teríamos um mundo melhor e ela seria uma alternativa concreta para se esquivar da violência e do tráfico de drogas. Neste sentido, de acordo com sua perspectiva, ela não se ausenta de fazer sua parte: trabalha em uma associação religiosa para educação de crianças. Considera-se uma “militante evangélica” e diz: “Às vezes... eu quero tomar pra mim a dor da criança, quero trabalhar por ela, quero lutar por ela... ai que eu vejo que sou uma militante”.

Para as participantes, a mudança social tem seu mote nas iniciativas focais, seja da igreja ou da associação. As ações coletivas devem caminhar para solucionar problemas imediatos junto à prefeitura, que é quem elas delegam a responsabilidade pela resolução de problemas comunitários.

Consciência entre a negação e o consentimento

A partir da análise das duas entrevistas, pudemos observar o movimento contraditório da consciência de classe, entre os ascensos reivindicatórios e os descensos fatalistas, entre a ação coletiva e as soluções individuais e imediatas (IASI, 2006). Este movimento contraditório pôde ser observado nas reflexões das participantes. Uma delas cresceu em uma ocupação e viu sua família conquistar uma casa própria. Pela apropriação consciente de uma experiência de vida, Amanda defende a luta pela moradia, ao mesmo tempo em que vê esta luta, somente uma via para a ascensão social. Jose também viu a luta pela moradia se reverter em benefício para muitos membros da sua comunidade. Talvez por isso, não tem restrições à ocupação de terras e trata isso como parte da sua história, mas como “militante evangélica”, como se identifica, conserva valores pautados na idéia de ascensão social, como resultado de uma obra divina.

Referencias bibliográficas

BOITO JÚNIOR, A. **Política, neoliberalismo e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal do governo Lula. *Em Crítica marxista*, 17, 12-36, 2003.

CAMPOS, A; POCHMANN, M; AMORIN, R; SILVA, R. **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

DUARTE, N. **Individualidade para si. (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)**. Campinas: Editores Associados, 1993.

EUZÉBIOS FILHO, A. e GUZZO, R. S. L. A desigualdade social vista por seus atores. *Em I. O, Dobles; S. B. Arróliga e V. L. Zuñiga (eds.). Psicologia de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal*. San José: UCR, 336-352, 2007a.

EUZÉBIOS FILHO, A. Consciência, ideologia e pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social. **Dissertação de Mestrado em psicologia**. PUC-Campinas, 2007b.

EUZÉBIOS FILHO E GUZZO, R.S.L. Desigualdade e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Em Psicologia & Sociedade*, 21 (1), 35-44, 2009.

FONSECA, A. M. M. O programa de garantia de renda familiar mínima do município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. *Em E. M. Rico (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. (5ª ed.), 131-155, 2007.

FREDERICO, C. **Consciência operária no Brasil. Estudo com um Grupo de Trabalhadores**. São Paulo: Ática (2ª Ed.), 1979a.

FREDERICO, C. **A Vanguarda Operária**. São Paulo: Símbolo, 1979b.

GUILHON, M. V. M; ALMADA LIMA, V. F. S. A política de trabalho e renda no Brasil: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão. *Em* M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo** (2ª Ed.), 161-186, 2008.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: Entre a Negação e o Consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, V. I. **Estado e revolução**. 1917/s/d Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>

MAHONEY, A. A, ALMEIDA, LAURINDA. R, ALMEIDA, S. H. V. **Produção de Vigotski e Wallon: Comparação Epistemológica, Metodológica e Desenvolvidamental**. 2005. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT20-1916--Res.pdf>

MARTÍN-BARÓ, I. Aspiraciones del pequeno burguês salvadoreño. *Em* **Revista Estudos Centroamericanos**, 35, 278-377, 1980.

MARTÍNS, L. M. **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. 2008 Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Em* **Lutas Sociais**, 8, 53-64, 2002.

NOVACK, G. **Introducción a la lógica**. (2a ed.) (trad. Susana Todaro) Buenos Airies: Ediciones Pluma, 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Mapa de inclusão/ exclusão social da cidade de Campinas**, Prefeitura de Campinas: Secretaria de Assistência Social, 2004.

SAWAIA, B. B. A consciência em construção no trabalho de construção da existência. **Tese de Doutorado em Psicologia**, PUC-São Paulo, 1987.

SILVA e SILVA, M. O; e YAZBECK, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro *Em* M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo** (2ª Ed.), 7-22, 2008.

TROSTKI, L. **Questões do modo de vida**. (2ª Ed.). São Paulo: Datacopy, 1923/2006.

WELMOWICK, J. **Cidadania ou Classe? O movimento operário na década de 80**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.